



# Turismo

## **Linha de Apoio Ao Turismo Acessível**

PSZ CONSULTING | 2016

# 1 – Linha de Apoio Ao Turismo Acessível

## 1.1 – Enquadramento

A Linha de Apoio ao Turismo Acessível visa a adaptação de espaços públicos, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas. Podem ser apresentadas candidaturas à referida Linha até 31 de dezembro de 2017.

São, assim, suscetíveis de apoio financeiro os projetos que tenham em vista disponibilizar em espaços públicos com interesse para o turismo, em património visitado por turistas, incluindo museus e monumentos, bem como nos empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, atividades e empreendimentos de animação turística, agências de viagens e outras atividades turísticas, os acessos e percursos de circulação, as condições de atendimento, os equipamentos e suportes informativos, adequados às exigências de turistas com necessidades especiais.

## 1.2 – Beneficiários

- Municípios e Outras Entidades Públicas
- Entidades Regionais de Turismo
- Empresas Privadas

## 1.3 Condições de Acesso dos Promotores

As empresas devem cumprir as seguintes condições:

- Não serem devedores ao Estado, nem ao Turismo de Portugal, I.P.;
- Possuírem ou assegurarem os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento dos projetos;
- Disporem de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- Não terem sido objeto de aplicação, nos dois anos anteriores à data da candidatura, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de

mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal];

- Não terem sido condenados nos dois anos anteriores à data da candidatura, por sentença transitada em julgado, por despedimento ilegal de grávidas, puérperas ou lactantes.

#### **1.4 – Condições de Acesso dos Projetos**

Os projetos devem cumprir as seguintes condições:

- Traduzirem-se num plano estruturado e fundamentado de intervenções a realizar, de acordo com os objetivos da presente Linha de Apoio;
- Quando aplicável, subordinarem as intervenções às normas técnicas constantes do Anexo do Decreto Lei nº 163/2006, de 8 de agosto;
- Quando aplicável, aplicarem as boas práticas do “desenho universal” (*design for all*);
- Não se iniciarem antes da data da candidatura, com exceção dos adiantamentos para sinalização, até ao máximo de 50% do respetivo custo, e as despesas relativas aos estudos e projetos, realizados há menos de seis meses;
- Quando aplicável, encontrar-se em curso o processo de licenciamento ou autorização, pelas entidades competentes, das intervenções a realizar, comprovada até à libertação da primeira parcela do apoio.

#### **1.5 – Despesas Elegíveis**

- Estudos, projetos e assistência técnica necessária para a preparação da candidatura e para a execução dos projetos, bem como a fiscalização externa da execução dos investimentos, até ao limite de 10% do valor total das despesas elegíveis;
- Obras, aquisição de bens e de equipamentos, assim como de todas as demais intervenções destinadas a assegurar os níveis de acessibilidade visados, incluindo a produção de suportes informativos e elaboração de documentos em formatos e com teor adequados;
- Processo de certificação, de acordo com as Normas Técnicas aplicáveis à acessibilidade;

- Outras intervenções que se afigurem essenciais para alcançar o fim visado pela presente Linha de Apoio, incluindo a adaptação de sites;
- Intervenção de revisores ou técnicos oficiais de contas externos.

## 1.7 – Montante de Apoio

Características Gerais das Operações		
Intensidade e Natureza do Financiamento	90% das Despesas Elegíveis	
	<b>Entidades Provadas</b>  Reembolsável, sendo que 50% do financiamento é convertido em não reembolsável se as intervenções ocorrerem até final de 2017.	<b>Entidades Públicas e Entidades Regionais de Turismo</b>  <b>Não reembolsável</b>
Condições da Operação	<b>Não vence Juros</b>  Reembolso: 7 anos Carência: 2 anos	
Limites	200.000 € por Projeto (Excecionalmente o limite pode ser excedido em razão da especial relevância dos projetos)	

Documento elaborado com base na informação disponibilizada pelo Turismo de Portugal, através da Ficha de Apresentação da presente Linha.



[www.psz.pt](http://www.psz.pt)